

LEI DE APOSENTADORIA

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Vai ser entregue ao Congresso Nacional, convocado em reunião conjunta, para apreciação do veto presidencial, a famosa lei que estende a todos os trabalhadores subordinados à presidência social o direito à Aposentadoria aos 55 anos de idade ou trinta de serviço. Será por mera coincidência que essa lei aparece diante da opinião pública no mesmo ano em que se processam as eleições. Se fôr, será esta a única, porque no mais o surgimento da lei obedece a um propósito sistemático, que vem de longe, que se multiplica nas manifestações, e que colima um objetivo central: o de aposentar o próprio Brasil. E por que não? Os países, como as pessoas individuais, também se cansam. Ora, se algum país do mundo tem direito de apregoar cansaço, é o Brasil este país. Nos outros, a ação do tempo tomaz aspectos diferentes e às vezes menos dignos. Vejam por exemplo a Quarta Republica Franca e digam-me se não tenho razão de afirmar que essa senhora está tomando atitudes impróprias para a idade. O envelhecimento do Brasil é prematuro. Seus quatrocentos anos em flor davam-lhe direito a melhor saúde e a maior atividade, mas o caso é que com uma só republica, em vez de quatro, e com os homens que ultimamente essa republica produziu, o relatório das fibras nacionais disparou e o país entrou em senectude. Daí o merecido descanço, e daí a lei.

Não deixa de ser exquisto que os mesmos homens que pedem descanço falam também, quando a solfa do assunto exige, em desenvolvimento econômico e em emancipação do país. Correrá tal paradoxo por conta das contradicções humanas; mas a voz geral, a tendência geral, a geral aspiração é a favor da geral aposentadoria. Aposentemo-nos pois. Demos ao país um par de chinelos, e reclamemos dos outros, que ainda tem a veiledade de lutar e laborar, o mingau para nossa desdentada velhice. E se não derem o mingau, colhamos nossos ultimos esforços, nosso resto de virilidade para viajar em praça pública o Nixon, ou qualquer outro que se atreva a visitar nosso asilo de oito milhões de quilômetros quadrados.

Tudo isto parece loucura, mas não é minha. O que faço é emprestar o estilo apropriado aos legisladores para que se torne pública a loucura deles. O fato é que, de anos para cá, tudo se tem feito para incitar à inercia, ao mesmo tempo que se apregoa a necessidade de trabalhar. Vejam por exemplo o exército. Se há num país uma corporação que se defina em termos de virilidade, e que se pinte com os adereços da força — botas, espadas, cavalos — essa corporação é o exército. Soldado, imagina-te de pé, ericado, disposto. Exército, quer-se numa espécie de permanente semi-prontidão. Ora, em nosso meio militar, mais do que no pacato meio comerciário ou bancário, a grande lei é a do incitamento à reforma. O sonho do militar que mais conformidade apresenta com as dificuldades da vida, sobretudo com as orçamentarias, é o da inercia. Em qualquer outra profissão quando o orçamento da ramflia se mostra insufficiente, a esposa reclama mais trabalho do marido: — Você já tem emprego, arranje um bico. O dinheiro já não dá para as feiras e para o colégio das crianças. No caso do militar é o contrário. Quando os meios escasseiam, a esposa reclama: — Você precisa se reformar. Sim, porque reformado o oficial de nosso exército passa à patente superior e ao superior provento. E' verdade. Por incrível que pareça, o oficial do exército é reformado na patente acima da que deixa. Se era major, reforma-se coronel; se era coronel reforma-se general. Seu maior interesse é portanto o de entrar na reserva, mesmo porque, oficialmente inválido no exército pode ser válido em outro lugar. A Republica fecha os olhos, finge que não vê a extraordinária atividade civil do aposentado que todos os meses se acerca do guichet para receber o salário que ganhou descan-

sando. Não sei se existe lei parecida em algum outro país, ou em algum outro mundo do sistema planetário: mas existe no Brasil, por onde se vê que o preceito do hino, no que se refere ao berço esplendido, e tomado ao pé da letra pelas Forças armadas que melhor do que nós possui a exegese e a hermenêutica dos hinos.

E' verdade que nem sempre aspira o militar à inatividade. O caso do general Denys, que todos temos na memoria, prova a lei provando a excepção. Na verdade começo a entrever a profunda sabedoria da lei que dá reforma aos oficiais na patente superior. O oficial reformado perde prestigio, perde as honras da ativa, perde a aura de quarto poder, perde a oportunidade de mandar na residência da republica e a capacidade de conseguir algum desagravo pessoal contra uma eventual delegacia de policia. Tudo isso são vantagens que não entram nos códigos escritos no papel mas figuram nos códigos escritos nas vísceras; daí a necessidade de uma compensação. Casos há em que a compensação se afigura magra ao interessado. Arranja-se então uma lei que concerta o desequilibrio particular, como no caso acima referido.

Seja como fôr, o resultado, sob o ponto de vista do Ministério da Fazenda, é o mesmo e é acabrunhante: a nação tem de pagar um exército ativo e um outro inativo. Mas esse resultado que nos aparece acabrunhante não é visto com os mesmos olhos pelos legisladores. A prova disto é a lei de aposentadoria que bate às portas do Congresso. Ninguém sabe de onde sairá o dinheiro para pagar esse imenso carnaval de inercia, a essa generalizada festa de inatividade. Dirão que é justo que os civis tenham gosos que até aqui tiveram os militares. Será justo, mas quem pagará tão prodigiosa equidade? Eu só terei a lucrar com a lei, uma vez que já completei cifra de anos acima da prevista. Mas como até hoje, depois de sessenta e um anos de vida e quarenta e tantos de trabalho, ainda não me habituei a receber de um guichet algum dinheiro sem trabalho que o explique, creio que terei certa dificuldade, ao menos nos primeiros meses de férias. Dizem que o hábito vem de pressa, e que esse peculiar hábito, o de parar, o de não fazer nada, é o mais rápido de todos. Mesmo assim, talvez por ainda não possuir o tal hábito, preocupo-me e torno a perguntar quem pagará tamanha orgia de repousos. As Caixas de Aposentadoria, pelo que sei, andam apertadas e não recebem, desde que se fundaram, a quota que o governo deveria pagar. Quem então pagará?

*

Permita-me aqui o jornal o pagamento de dividas particulares, já que mencionamos tantas vezes este verbo tão comprometedor. São

dividas de gratidão, e duas as principais. A primeira devo-a a uma fábrica de giz da marca chamada Multicromo. Tempos atrás, contra os nacionalistas, escrevi um artigo criticando o proteccionismo aduaneiro que impede a importação de artigo bem sob o pretexto de haver no país um similar nacional, e dava o exemplo do giz, que me toca de perto. Ora, recibi uma comvente carta comercial de uns amigos desconhecidos de São Paulo que me deram toda razão. Eram antigos professores, que durante anos tinham sofrido o mal do giz branco e colorido. Mandaram-me uma caixa de amostra e confessaram que tiveram de lutar anos para obter um artigo que se aproxima do estrangeiro. Experimentei, achei bom e agradeço, por mim e pelos outros sessenta milhões de brasileiros. E' sempre bom saber que alguém, em algum lugar do país, está querendo fazer obra fina e perfeita, ainda que tenha a humildade de um calcareo posto em forma de lápis. O Brasil conhecerá dias gloriosos quando muitos seguirem o bem exemplo dos fabricantes do giz multicromo, porque o que mais nos falta aqui é gente a querer fazer coisa bem feita.

A segunda divida de gratidão devo-a pagar a D. Elza Monteiro Ferreira, que escreveu um artigo no Diário de Poços de Caldas a mim dedicado. Nesse artigo, muito bem escrito aliás, D. Elza conta uma bellissima história de humilde honestidade, e manda-m'a de presente, como um estréla. E' o caso de uma moça preta e pobre que num dispensário organizado por moças da sociedade encontra no seu saquinho de feijão um anel de brilhante. Era pobre, pobre a mais não poder, pobre até a fome dos filhos, que a propria ainda se atura, e veio correndo, com um bonito sorriso feliz, a devolver a rica joia encontrada. A moça escura chama-se Maria Candida, por onde se vê que o nome traça a alma. Eu já sabia que em geral as moças escuras chamadas Maria Cândida ou Maria outra coisa são honestas e boas. O céu do Brasil, D. Elza, está cheio dessas estrelas invisíveis. Aqui em volta conheço duzia e meia que são santas. Não foi a surpresa do relato que me alvorçou; foi antes a idéa que D. Elza teve de me dedicar a história do feito. Isto sim, entrou-me até a ultima fibra do coração. Deus lhe pague, D. Elza. E nós, leitor, rezemos pelo Brasil. Peçaamos a Deus que não queiram aposentadoria os fabricantes de bom giz, as moças de Poços de Caldas que tão bem escrevem, e as Marias honestas e puras que correm a devolver, com claro sorriso, o emblema do que nelas falta até a fome, e nas outras sobeja até o brilhante. Se os nossos governantes tivessem a virtude de Maria Candida, o gosto de D. Elza e a operosidade dos fabricantes de giz Multicromo, estaríamos salvos.